



**Abordagens, conceitos e epistemologia na pesquisa em política educacional: um recorte na produção acadêmica sobre valorização docente**

**Approaches, concepts and epistemology in educational policy research: a profile of academic production on teacher valorization**

Marcus Quintanilha da Silva  
Universidade Federal da Paraíba  
João Pessoa – Brasil

Alexia Júlia Lima Vieira  
Universidade Federal da Paraíba  
João Pessoa – Brasil

**Resumo**

Com vistas a analisar os pressupostos conceituais, as abordagens de pesquisa e as epistemologias utilizadas na produção acadêmica sobre valorização docente, este trabalho realizou um procedimento sistemático de revisão de literatura, considerando o período entre 2014 e 2024 como recorte temporal e a seleção de 56 pesquisas constantes no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Os resultados indicam que: 1) há uma predominância de abordagens mistas e qualitativas, sobretudo por conta dos interesses de pesquisa delimitados às localidades em que os trabalhos emergem; 2) há uma tendência de adoção de conceitos considerando a materialidade construída na legislação atual, mesmo que guardem diálogo com a literatura e com alguns autores de referência no país; e 3) a postura pluralista ou indiferente à epistemologia divide-se com as perspectivas críticas de natureza marxista.

**Palavras-chave:** Valorização docente; Epistemologia da pesquisa; Política educacional.

**Abstract**

In order to analyze the conceptual assumptions, research approaches and epistemologies prevailing in academic production on teacher valorization, this work presents a systematic literature review that takes as time frame the period between 2014 and 2024 and considers 56 researches selected among those included in Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (Capes' Thesis and Dissertations Repository). The results indicate that: 1) there is a predominance of mixed and qualitative approaches, mainly due to research interests limited to the locations where the works emerge; 2) there is a tendency to adopt concepts considering the materiality built in the current legislation, even if maintaining a dialogue with the literature and with some reference authors in the country; and 3) the pluralist or indifferent posture to epistemology shares space with critical perspectives of Marxist nature.

**Keywords:** Teacher valorization; Research epistemology; Educational policy.

## **Introdução**

A pesquisa em política educacional tende a delimitar como objetos de estudo as temáticas que envolvem o modo como o Estado atua (ou não) diante de uma demanda social por educação (Souza, 2017; Mainardes; Stremel; Soares, 2018). A observação da ação estatal é analisada por esta autoria a partir da compreensão de que o Estado é uma arena de disputa, que representa a condensação material de forças em confronto no contexto capitalista (Poulantzas, 2015).

Nessa perspectiva, os governos são entendidos como espaços privilegiados de poder e de tomada de decisões. No entanto, os embates de interesses da sociedade civil, seja a partir de classes ou de suas frações, mais ou menos organizadas, ou agências (no sentido identitário) exigem do Poder Executivo, do Parlamento e do próprio Poder Judiciário, no caso brasileiro, uma certa atenção nas decisões que, de certo modo, estão inseridas na hegemonia neoliberal do Estado capitalista, mas não refletem todas as deliberações dos Poderes institucionais constituídos.

Isso significa que, na visão desta autoria, o Estado capitalista, marcado pela manutenção de desigualdades e pela lógica de acumulação, não é essencialmente burguês o tempo todo. Essa dinâmica reflete, além dos resultados de disputas na sociedade, agendas políticas de justiça social que oscilam entre dois polos: o de viés neoliberal, com incentivos à financeirização da riqueza, à ampliação da desigualdade e à adoção explícita de receituários neoliberais como motores do progresso, e o de viés social, que investe na melhoria da qualidade de vida da população através do fortalecimento das políticas públicas, incluindo as educacionais. Neste último viés de ações, não se observa a intencionalidade de superação das desigualdades, mas, seguramente, a sua redução.

Nesse contexto, este artigo emerge em uma perspectiva crítica sobre o Estado capitalista, reconhecendo que as demandas e interesses de pesquisa, em particular no campo da política educacional, observam e consideram a conjuntura na reflexão das disputas em torno de uma agenda que paute a valorização da educação pública. O sentido dado para a pesquisa nesse campo indica que a valorização docente, um dos objetos de interesse da política educacional (Souza, 2017), pode ter imbricações com os contextos que permeiam a materialidade vivida pelo magistério e refletir na produção acadêmica<sup>i</sup>.

Com vistas a analisar os pressupostos conceituais, as abordagens de pesquisa e as epistemologias utilizadas na produção acadêmica sobre a valorização docente, o recorte temporal desta pesquisa (2014–2024) ratifica esse compromisso, dado ser o período originário de vigência do Plano Nacional de Educação, pois, a partir dele, surgiram deliberações importantes para a temática.

O levantamento e a leitura analítica das categorias conceito, abordagem e epistemologia, refletem os interesses desta autoria, tendo em vista que não foram encontrados trabalhos não sistematizados que trouxessem a atualização das pesquisas com essa abordagem.

Analiticamente, este trabalho se ancora em uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, considerando a empiria produzida na revisão sistemática da produção de teses e dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e os trabalhos produzidos entre os anos de 2014 e 2024.

A estrutura do trabalho é compreendida em quatro momentos: introdução, descrição metodológica, percurso histórico/legal da política educacional brasileira, considerando a valorização docente como tema central, análise da literatura, a partir dos descriptores de interesse e, por fim, as considerações finais.

### **Procedimentos metodológicos**

Adota-se, neste artigo, a revisão de literatura como procedimento sistemático de organização dos trabalhos analisados, por entender que estudos como o Estado do Conhecimento ou o Estado da Arte demandariam um maior aprofundamento no conteúdo dos trabalhos selecionados.

Deste modo, sistematizar a literatura é mais adequado, visto que o procedimento aqui adotado tende a resumir de forma padronizada e criteriosa algumas evidências sobre um determinado tema, fomentando outros debates que possam ser construídos a partir desta análise (Campos; Caetano; Laus-Gomes, 2023). Responder a determinados questionamentos é uma parte fundamental dessa modalidade de pesquisa, além de ser essencial para que uma revisão de literatura seja útil, igualmente importante é a seleção procedural e sistemática de pesquisas provisoriamente consolidadas (especificamente as teses e as dissertações).

O planejamento do procedimento é fundamental, na medida em que “[...] em termos de processo, deve ser planejada, estruturada e controlada, seguindo procedimentos

*Abordagens, conceitos e epistemologia na pesquisa em política educacional: um recorte na produção acadêmica sobre valorização docente*

padronizados e transparentes que assegurem sua adequada elaboração e realização, bem como a reprodutibilidade do trabalho” (Campos; Caetano; Laus-Gomes, 2023, p. 147). A primeira ação adotada foi a inserção da palavra-chave “valorização docente” no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando aspas e delimitando os achados em um recorte temporal de dez anos (2014 a 2024). Também se optou por selecionar pesquisas que fossem da área de Educação.

O resultado preliminar indicou a presença de 109 teses e dissertações que tinham relação com a palavra-chave utilizada. O segundo procedimento foi realizar uma leitura dos títulos, do resumo e, eventualmente, da introdução do trabalho, de modo a identificar se, de fato, o trabalho selecionado tinha interlocução com o campo da política educacional, seguindo as definições de Souza (2017) e Mainardes, Stremel e Soares (2018). Desse segundo filtro, de natureza qualitativa, a seleção evidenciou 56 trabalhos finais.

O terceiro procedimento teve como objetivo tratar qualitativamente as informações. O foco de interesse para fins de construção deste trabalho foi considerar as categorias conceito, abordagem e epistemologia. Contudo, outros elementos foram considerados na leitura de cada tese ou dissertação, como a abrangência do estudo (dependência administrativa) e os grupos temáticos em que os trabalhos pudessem ser alocados. Após uma leitura e análise preliminar, foram consideradas cinco dimensões: Carreira e valorização docente; Vencimentos e remuneração; Financiamento da educação básica; Planos de educação e outros. Com a leitura das introduções e das conclusões, foi possível observar algumas características dos debates em cada um dos grandes temas, incluindo a abrangência e a abordagem de pesquisa e, em maior amplitude de constatações, as concepções conceituais e epistemológicas explicitadas nos trabalhos.

Para fins de compreender o conceito abordado, considerou-se os autores utilizados e as convergências e divergências em torno do debate da valorização docente. Para fins de abstração da abordagem, as classificações se resumiram em três possibilidades. A qualitativa, definida como uma “investigação detalhada, usando fontes múltiplas de dados, com número pequeno de casos deliberadamente escolhidos” (Punch, 2021, p. 161), foi considerada em sua diversidade de métodos e técnicas de pesquisa. É relevante ressaltar que dados numéricos não transformam a pesquisa em quantitativa, e sim os seus objetivos, pois, se o estudo é

qualitativo, as singularidades e as informações que não são numéricas são de fundamental relevância.

A abordagem quantitativa foi considerada em suas variáveis previamente definidas, com uma grande quantidade de casos, empiria baseada em dados essencialmente numéricos e com as tendências como objetos de interesse (Punch, 2021). Nesse caso, os outliers, isto é, pontos fora das tendências, recaem como variância e, para aquele estudo específico, são quase sempre desconsiderados. Para a pesquisa com métodos mistos, os trabalhos foram classificados considerando que esse tipo de trabalho é aquele que “envolve coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos [...] dados qualitativos e quantitativos combinados de algum modo” (Punch, 2021, p. 390).

A categoria epistemologia é, seguramente, a mais complexa de se extrair, pois, frequentemente, ela não é trazida de forma evidente nos estudos em política educacional, como já constatado em pesquisas de Estado da Arte do campo (Mainardes; Stremel; Soares, 2018). Partindo do conceito de que epistemologia é uma disciplina filosófica que não apresenta um estatuto preciso e definido e que a sua flexibilidade reflete a movimentação e os interesses contemporâneos de como, por que, para quem e com quais objetivos os pesquisadores se mobilizam (Oliveira, 2016), este trabalho não tem a pretensão de analisar criticamente as epistemologias adotadas, ocupando-se em trazer aquelas que foram explicitadas pelos autores.

Delineados os procedimentos metodológicos, a seção seguinte resume os marcos legais sobre a valorização docente no Brasil como pressuposto de análise da produção acadêmica sobre o tema.

### **Valorização docente no Brasil: questões iniciais e pressupostos legais**

A questão da valorização docente no Brasil é complexa, pois não se trata do envolvimento somente de aspectos salariais. Mesmo que esse seja um ponto de partida usual (Camargo; Jacomini, 2011), considerando a reprodução da força de trabalho docente a partir da sua venda e, como consequência dessa relação, a capacidade de acesso aos bens culturais, sociais, econômicos e simbólicos que garantem determinado nível de qualidade de vida e laboral, outras dimensões historicamente relevantes também devem ser consideradas, além do contexto federativo, que complexifica consideravelmente essa análise. Nesse aspecto, observa-se, em diálogo com Fernandes (2015), que a valorização docente no Brasil tende a ser

regulada em maior amplitude pelo Governo Federal. No entanto, consideradas algumas circunstâncias de indução, como políticas de financiamento e planejamento educacional, sua execução cabe aos entes subnacionais, isto é, estados e municípios. Desse modo, a conveniência em se valorizar (ou não) um professor depende, essencialmente, de fatores mensuráveis, como a capacidade orçamentária, e de conjuntura e ideologia, como as concepções de educação, sociedade, ordenação de prioridades, marcos legais, relações contratuais, agenda política, entre outros, que não são considerados somente no contexto local, mas também nacional.

O recorte entre os anos de 2014 e 2024 marca um percurso histórico de tensões no âmbito da política educacional brasileira. O Plano Nacional de Educação (PNE) foi regulado por legislação específica (Brasil, 2014), apoiado em três conferências nacionais de educação e por um contexto político de avanços consideráveis na carreira e na valorização do magistério público, simbolizadas por políticas de ampliação de recursos, Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), regulação de tempo destinado para estudo, planejamento e avaliação por parte do docente, diretrizes específicas para a constituição das carreiras do magistério e o próprio PNE, além de metas específicas para equiparação salarial média com profissionais de mesma exigência de formação, perspectiva de ampliação orçamentária, demarcação de exigências para a formação inicial e continuada, orientações explícitas para a constituição de carreiras próprias para o magistério, entre outras (Brasil, 2007, 2008, 2009, 2014). O tempo histórico marcou, desde o ano de 2016, uma mudança abrupta nesses indicativos, reverberando em uma agenda política que diferiu substancialmente dos períodos de evolução real das condições de valorização docente no Brasil.

Em que pese a não ruptura com os ditames do capitalismo, os governos de natureza popular em âmbito federal (2003–2016) têm marcos legais que apoiam o argumento de que a agenda política era mais favorável à valorização docente. Por outro lado, o período após a destituição da Presidente Dilma Vana Rousseff sem comprovação de crime de responsabilidade, marcou uma postura governamental de fortes ataques à educação pública, com intensificação de políticas de austeridade fiscal, destituição de conquistas históricas do funcionalismo público, precarização das relações de trabalho e reformas que atentaram contra a qualidade de vida da classe trabalhadora (Silva, 2021). Tais aspectos foram agravados pelo discurso de ódio e pelas concepções de educação e sociedade assumidas pelo Governo

Federal entre os anos de 2019 e 2022, concepções essas que em nada se aproximam de uma conjuntura que entende a necessidade de valorizar o professor para o progresso da sociedade. Esse período ficou notabilizado por políticas de viés neoconservador, traços de ultraliberalismo e impulsão ao aprofundamento da desigualdade social e educacional (Moura; Cruz, 2022).

Os desafios da educação pública no contexto federativo permeiam a trajetória que aqui é contextualizada, tanto na efetividade do regime de colaboração quanto no modo como cada ente subnacional se posicionou em torno das demandas oriundas da legislação nacional e da ordenação de prioridades presente na agenda política nacional. Para fins de exemplificar a questão, dois exemplos são abordados.

O primeiro refere-se às metas do PNE, monitoradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ao considerar as metas 17 e 18 como exemplos de diálogo direto com a perspectiva de valorização docente (outras poderiam estar presentes, como as metas 15 e 16), é perceptível o desafio de consolidar uma política nacional que considere a unicidade de condução e a consolidação de uma classe docente valorizada no país. A primeira meta citada tem o objetivo de “valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE” (Brasil, 2014), apresentando um histórico de evolução, já que, entre os anos de 2014 e 2023, a proporção entre o rendimento médio bruto do professor brasileiro e a média remuneratória de outros profissionais de escolaridade equivalente variou entre 70,5% e 86,9%.

Contudo, essa variação não se deve essencialmente à evolução remuneratória do magistério público, mas à queda do poder de compra dos demais profissionais. Com a devida atualização inflacionária, os dados mostram que a média de R\$ 4.882,00, em 2014, teve uma variação discreta até o ano de 2023, resultando em R\$ 4.920,00 no referido indicador. Destaca-se que, ao agregar os docentes por estado da federação, apenas oito unidades federativas cumpriam os requisitos da meta em vigor, sendo todos da Região Centro-Oeste, Nordeste ou Norte.

A meta 18 do PNE tem por objetivo “assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira (PCR) dos (as) profissionais da educação

*Abordagens, conceitos e epistemologia na pesquisa em política educacional: um recorte na produção acadêmica sobre valorização docente*

básica pública” (Brasil, 2014), tomando como referência o PSPN e a integralidade da lei que o regulamenta (Brasil, 2008). Todos os estados brasileiros têm PCR regulamentado em legislação específica e, no ano de 2021, 96,3% dos municípios também estavam adequados em termos legais. Contudo, ao observar a existência e a normatização do limite máximo de dois terços destinado às atividades de interação com os estudantes, os percentuais de previsão dos estados e municípios eram, em 2021, de 85,2% e 79,8%, respectivamente. Além disso, destaca-se o cumprimento do PSPN, o indicador mais preocupante. No ano de 2021, apenas 59,3% dos estados e 60,1% dos municípios cumpriam integralmente o Piso.

Se o primeiro exemplo mensura o momento atual de desafios no contexto federativo de valorização do magistério, o segundo exemplo carrega consigo o esperançar de boas novas para a política educacional brasileira. Apesar de seus limites, como a ausência de sanções e alguns posicionamentos genéricos, as diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica, reguladas no início do ano de 2024 (Brasil, 2024), retomam e incentivam uma série de posicionamentos destacados pela literatura acadêmica sobre o que se comprehende por valorização do magistério. Entre esses pontos estão as dimensões do concurso público, os incentivos à atratividade e à permanência, o cumprimento do PSPN, as condições de formação (inicial e continuada) e as condições de trabalho adequadas, aspectos que circundam a carreira como dispositivo legal que efetiva a valorização no Brasil.

Soma-se a este cenário o advento do Novo Fundeb permanente (Brasil, 2020), que, principalmente com a ampliação das complementações financeiras da União – as quais, em razão da forma como os recursos foram estruturados, vêm aumentando progressivamente a capacidade orçamentária de uma parcela significativa dos municípios brasileiros – tem contribuído para o financiamento dos sistemas de ensino e para a valorização da remuneração docente (Fossati, 2023).

Desta feita, entende-se que o percurso histórico recente brasileiro trouxe elementos que tensionam a produção de pesquisa sobre valorização docente no âmbito da política educacional sob diversas vertentes. É sobre aspecto que este artigo se desdobra na próxima seção, explorando a revisão de literatura como empiria para a análise.

### Análise da literatura sobre valorização docente

A leitura qualitativa dos trabalhos ensejou uma primeira classificação sobre a amplitude dos debates realizados nas teses e dissertações selecionadas. Nas 12 teses e 44 dissertações, a distribuição dos temas exemplifica de que modo as preocupações abordadas dialogam com a materialidade da política educacional brasileira e com os questionamentos sobre a efetividade da valorização do magistério.

Em linhas gerais, os quatro grandes temas abordados fazem referência à Carreira e à Valorização docente (36 pesquisas) – preocupação predominante nos trabalhos – seguida de Vencimentos e remuneração (9 pesquisas), Financiamento da educação básica (5 pesquisas), Planos de educação (locais ou nacionais, com 4 trabalhos) e uma categoria genérica denominada “Outros”, com 3 pesquisas. Essa distribuição tende a dialogar com duas perspectivas históricas do debate no Brasil: de um lado, o entendimento de que a carreira é o dispositivo constitucional que efetiva a valorização (Grochoska, 2015) e a sua ausência (especialmente no caso de professores temporários) é um forte indício de desvalorização. De outro lado, tem-se a importância da política salarial no contexto do Estado capitalista, visto que é a partir dos ganhos provenientes da venda da força de trabalho que se adquire acesso aos parâmetros mínimos de qualidade laboral e de vida. Em suma, política salarial continua a ser o contexto de entrada do debate (Camargo; Jacomini, 2011) e a regulação burocrática da carreira, bem como a efetividade das suas diretrizes, configura-se como um potencial garantidor da valorização do magistério (Grochoska, 2015).

A partir desta categoria, os debates sobre abordagens de investigação e abrangência ganham maior sentido, visto que há uma intencionalidade própria de pesquisa em cada tema. Como opção analítica, busca-se compreender cada uma das temáticas e, posteriormente, abstrair os aspectos conceituais e epistemológicos que, em linhas gerais, norteiam as pesquisas.

É oportuno mencionar que houve um aumento significativo na produção acadêmica sobre a temática no ano de 2019. Considerando esse ano como um ponto de destaque, com a produção de 14 teses ou dissertações, observa-se que, entre 2014 e 2018, foram identificados 20 trabalhos, e entre 2020 e 2024, o estudo selecionou 22 resultados de pesquisa. Em termos históricos, esse movimento tende a refletir um interesse explícito na busca de compreender as condições de carreira, remuneração e valorização do magistério em contexto reformista,

*Abordagens, conceitos e epistemologia na pesquisa em política educacional: um recorte na produção acadêmica sobre valorização docente*

com impactos importantes para a vida laboral docente como as políticas de austeridade fiscal, a ampliação dos contratos temporários, a intensificação da jornada de trabalho, os processos de avaliação e/ou responsabilização e a performatividade docente (Silva, 2021). Além disso, inclui avaliações do campo da política educacional em torno da vigência do PNE, especialmente suas referências explícitas à dimensão da valorização do magistério, com foco nas metas 15, 16, 17 e 18.

A temática “Carreira e valorização docente” é a mais recorrente entre os trabalhos analisados, caracterizando-se por abordar aspectos diretamente relacionados à construção, implementação e desafios dos planos de carreira, discutindo a valorização dos professores diante das políticas educacionais. A partir de um recorte dessa categoria, é possível pontuar algumas pesquisas que referenciam o debate sobre o tema.

Cordeiro (2020), ao realizar uma pesquisa tendo como objeto de estudo a carreira do magistério do município de Piraquara/PR, por meio de três eixos de análise – formação, condições de trabalho e remuneração –, trouxe em suas conclusões que, de forma universal, uma carreira valorizada requer articulação e objetividade dos elementos estruturantes, como a materialização da tabela salarial e suas progressões. De forma específica, no caso de Piraquara, notou-se o diferencial de uma gestão democrática nas condições de valorização.

Em abordagens qualitativas, com foco essencialmente documental e legal, como em Silva (2020), na rede pública de ensino de Rio Branco/AC, e Moretti (2015), em cinco municípios do Paraná, os debates e resultados apontam similaridades, tais como contradições, lacunas e dificuldades no cumprimento das leis e diretrizes. Observam-se, ainda menor remuneração em municípios de maior vulnerabilidade social, com reflexos em carreiras pouco atrativas e, de forma contraditória, municípios com melhores indicadores socioeconômicos que apresentam planos de carreira com progressões previstas apenas após um considerável tempo de permanência na profissão.

Por outro lado, há apontamentos que analisam experiências exitosas, como nos casos das pesquisas de Souza (2015) e Assis (2019), que analisam as realidades locais de Rio Claro/SP e João Pessoa/PB, respectivamente. Os resultados da primeira pesquisa apontam que o Sistema Municipal de Ensino de Rio Claro promove a valorização docente, tornando a carreira atrativa. Como por exemplo, o município possui um plano de carreira que incentiva financeiramente a progressão vertical, conforme titulação acadêmica. Em João Pessoa, a

pesquisa de Assis (2019) destaca o papel contributivo do sindicato na valorização docente, apontando que, entre 2007 e 2014, especialmente de 2010 a 2014, a legislação foi cumprida, resultando em ganhos na remuneração docente com reajustes iguais ou superiores ao PSPN. Essa realidade, no entanto, se modificou a partir de 2015, quando houve redução dos ganhos salariais em decorrência da crise econômica aliada à crise política nacional.

Pelas características objetivas dos trabalhos deste grupo temático, observa-se um evidente interesse por abordagens qualitativas, reiterando a necessidade de ir além da informação quantitativa para compreender de que modo a constituição da carreira influencia a valorização docente, com 29 trabalhos categorizados com essa abordagem. As demais pesquisas foram classificadas como trabalhos de métodos mistos, considerando que apresentavam dois direcionamentos: uma abordagem longitudinal, exigindo tratamento quantitativo da informação, ou um pequeno grupo de municípios, necessitando de comparações quantitativas para as análises de contexto.

Outro aspecto importante deste grupo refere-se aos interesses de pesquisa em termos de delimitação por dependência administrativa. Dos 36 trabalhos, apenas 3 se dedicaram a um debate em âmbito nacional, reconhecendo que, embora as disputas em torno de um professor público valorizado tenham suas nuances a partir da regulação federal, é o contexto federativo que mobiliza a pesquisa acadêmica a investigar as tensões nos estados (10 pesquisas) e, principalmente, nos municípios (22 trabalhos). Essa constatação de disputa mantém o diagnóstico realizado por Fernandes (2015) sobre os desafios do professor público em um Estado federado como o Brasil.

Nos nove trabalhos da dimensão dos Vencimentos e remuneração, os temas abordados incluem a evolução do vencimento iniciais e finais dos professores, os impactos de políticas públicas e programas como o PSPN e o Fundeb, além das desigualdades salariais entre as redes de ensino, as regiões do Brasil e, por vezes, dentro de uma mesma localidade.

A pesquisa de Silva (2019), por exemplo, buscou evidenciar uma evolução real na remuneração de professores públicos de escolas municipais, principalmente no Nordeste e municípios de menor potencial financeiro. Além disso, observou-se maior valorização dos servidores públicos concursados em comparação aos profissionais contratados, assim como a titulação como elemento de dilatação da remuneração e o avanço maior na remuneração de professores do fundamental em relação aos da Educação Infantil.

*Abordagens, conceitos e epistemologia na pesquisa em política educacional: um recorte na produção acadêmica sobre valorização docente*

Essa abordagem dialoga com os interesses de Craveiro (2022), que analisou a desigualdade na remuneração docente entre as redes públicas de educação básica brasileiras. Com conclusão análoga à de Silva (2019), o autor observou uma significativa desigualdade na remuneração docente no Brasil, influenciada por fatores econômicos, estruturais e políticos. A partir da análise das médias salariais, o estudo constatou que professores temporários recebiam 62% do salário de professores com vínculos estáveis, nas redes estaduais, e 68% do salário nas redes municipais. Essas diferenças foram explicadas por meio de fatores, como: tempo de serviço dos docentes, percentual de vínculos estatutários na rede de ensino, PIB per capita, Indicador da Meta 17 do PNE; capacidade de financiamento da rede de ensino; nível socioeconômico dos alunos, percentual de matrículas de responsabilidade da rede de ensino e porte populacional. O autor conclui que, apesar das limitações do banco de dados e da complexidade da análise, a pesquisa mostra-se relevante e reforça a importância de modelos de análise que possam subsidiar revisões e avanços nas políticas educacionais.

Outro perfil de pesquisas desta dimensão é o trabalho de Ribeiro (2019), que focou sua pesquisa na realidade do município de Dário Meira, na Bahia. Nessa dissertação, intitulada “Valorização docente: formação, salários e desafios para a profissão”, a autora pontua as políticas educacionais que foram desenvolvidas durante os anos 2000, mas ressalta as contradições entre o instituído e o que, de fato, é efetivado nessas políticas. Suas análises indicam que, assim como em outros municípios pequenos, o cumprimento dessas políticas esbarra em desafios, como financiamento insuficiente, questões político-partidárias, má gestão de recursos públicos e a precarização docente por meio de contratos temporários descomedidos. Por fim, a autora afirma que é imprescindível a atuação da categoria docente na luta pela garantia dos direitos conquistados historicamente.

Do grupo temático analisado, composto por seis dissertações e três teses, há aspectos e contradições que precisam ser evidenciados. Por mais que todos necessitem de dados quantitativos para debater os seus temas, apenas uma tese se manifestou como essencialmente quantitativa, sendo as demais como métodos mistos (três trabalhos) ou qualitativos (cinco estudos), em uma abrangência que transita entre os interesses de investigação estadual (4), municipal (3) e nacional (2).

Na temática intitulada “Financiamento da educação básica”, os cinco trabalhos analisados compartilharam o interesse em compreender a relação do tema com a valorização

docente. As pesquisas articularam essa temática com questões como salários, formação continuada e condições de trabalho, além de discutirem o papel das políticas de fundos para fomentar a valorização. Também evidenciam os limites dessas políticas para atingir os objetivos, os desafios regionais e locais que resultam nas desigualdades e a influência/conflito político e interpretações diversas das diretrizes, que refletem negativamente na efetividade das políticas.

Citando dois dos trabalhos como exemplos, Nascimento (2017) analisou o financiamento público da educação no município de Belo Horizonte, investigando o direcionamento da aplicação dos recursos financeiros. Em seus resultados, foi possível identificar as dificuldades na identificação dos recursos públicos destinados ao ensino (falta de transparência), a fragilidade dos processos de fiscalização e a fragmentação e a precarização da carreira dos professores.

A tese de Camargo (2020), por sua vez, buscou compreender a valorização docente a partir do contexto federativo, considerando a autonomia relativa dos entes em termos administrativos e políticos, bem como as diferentes condições de financiamento da educação básica pública. A autora conclui que existem diferenças no financiamento de cada ente federado e que, em alguns municípios, acredita-se que as escolhas políticas influenciam no caminho e no resultado das políticas de valorização docente. Ademais, a pesquisa aponta para a necessidade de uma maior responsabilidade por parte da União quanto ao fundo, a fim de oferecer mais suporte aos entes no cumprimento de suas responsabilidades educacionais.

Das cinco pesquisas no campo temático categorizado (quatro dissertações e uma tese), três são qualitativas e duas em métodos mistos. Os recortes de investigação se distribuem em interesses municipais (3) e estaduais (2), o que parece identificar que, mesmo em uma estrutura de financiamento educacional que tem uma parcela de influência da União em questões como a política econômica para fins de arrecadação pública, o Fundeb e a Contribuição Social do Salário Educação como estruturas de redistribuição de recursos e ações pontuais de repasses voluntários, a agenda política e a capacidade orçamentária local tendem a mobilizar os pesquisadores a reconhecer o contexto federativo como desafio e os entes subnacionais como espaços de disputa.

Poucas pesquisas tiveram como foco específico a relação entre os Planos de Educação e a valorização docente, compreendendo o planejamento educacional como fundamental

*Abordagens, conceitos e epistemologia na pesquisa em política educacional: um recorte na produção acadêmica sobre valorização docente*

para a implementação das políticas educacionais. Contudo, os desafios para efetivar a valorização através dos planos de educação são pontos comuns nas pesquisas, a exemplo das mudanças que ocorrem e inviabilizam a concretização, bem como a falta de recursos adequados. Todavia, as pesquisas também apontam a participação ativa dos profissionais (apesar do desafio da centralidade das decisões) e a consistência nas implementações como elementos-chave para a concretização dos planos.

Na temática “Planos de Educação”, as quatro dissertações de abordagem qualitativa e interesses investigativos de âmbito municipal reiteram os desafios da federação para a melhoria das condições necessárias à valorização docente. Para exemplificar, Aranda (2018) analisou o processo de formulação do Plano Municipal de Educação (2015-2025) de Dourados – MS, com ênfase nas metas 15, 16, 17 e 18 do PNE, que tratam diretamente da valorização do magistério. Em seus resultados, a autora apontou que, embora a formulação tenha se dado de maneira democrática e coletiva, a aprovação se deu de forma autoritária e repleta de alterações feitas pelo Executivo municipal, o que prejudicou não só os docentes, mas a qualidade da educação municipal.

Na categoria genérica denominada “Outros”, três trabalhos foram destacados por não se encaixarem nos demais eixos temáticos analisados. Os assuntos centrais dessas pesquisas transitaram entre os fundamentos teórico-epistemológicos da Política Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica; a análise dos avanços e contradições das políticas públicas de educação com foco na valorização docente; e o papel do Poder Judiciário no que se refere às políticas públicas de valorização dos docentes da educação básica. Todas essas pesquisas adotaram abordagem qualitativa e ofereceram uma visão panorâmica da educação brasileira no tempo histórico presente.

Na construção de conceitos na pesquisa sobre valorização do magistério, observa-se uma tendência de convergência que reflete as conquistas históricas da classe docente no Brasil. Apenas dois dos trabalhos selecionados não sistematizaram os seus parâmetros de análise a partir da legislação federal construída desde o advento da atual Carta Magna brasileira, utilizando como referências a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as políticas de fundos, especialmente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a regulamentação do PSPN, das

diretrizes para valorização dos profissionais do magistério e do PNE, esse último a partir do ano de 2018 (Brasil, 1988, 1996, 2007, 2008, 2009, 2014).

Além da legislação, outros parâmetros relevantes também foram mencionados, como os dados do salário-mínimo calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) nos debates sobre PSPN; os aportes teóricos sobre a profissionalização docente de autores como Maurice Tardiff e Bernadete Gatti; e as leituras críticas sobre o mundo do trabalho, ancoradas em autores marxistas.

A construção de conceitos no campo temático da valorização docente, tendo como fonte primária a materialidade construída em torno da legislação federal, dialoga com os debates apresentados por autores como Camargo e Jacomini (2011), por exemplo, que já indicavam que o Brasil tinha um certo avanço no arcabouço legal em torno de uma proteção mínima para as políticas de valorização docente. Em 15 dos trabalhos selecionados, alguns autores exerceram papel central na composição de debates teóricos, influenciando diretamente a construção conceitual das pesquisas. Mesmo que haja mais de duas dezenas de autores mencionados nos debates teóricos, há destaques a serem mencionados, tais como: Juçara Dutra Vieira, Roberto Leher, Andrea Barbosa Gouveia, Rubens Barbosa Camargo, Marcia Aparecida Jacomini, Silke Weber e Dalila Andrade Oliveira.

Contudo, a tese de João Antônio Cabral de Monlevade, datada do ano 2000, parece ser a sistematização que, mesmo bem antes dos marcos legais mais importantes para fins de composição do debate e das políticas educacionais pró-valorização docente, demarcou questões conceituais importantes. Sua relevância teórica é evidenciada pelo fato de ter sido referenciada em mais de 70% dos trabalhos mapeados. Por antecipar discussões fundamentais, a pesquisa de Monlevade (2000) demarcou elementos importantes para o campo, como a necessidade de um piso salarial nacional, a regulação da jornada de trabalho com atenção aos processos de intensificação laboral, entendidos como manifestação explícita de desvalorização docente, a importância da formação inicial e continuada como perspectiva de valorização, e a urgência da constituição de uma carreira digna e atrativa para a permanência do docente na profissão. Nesse sentido, o estudo de Monlevade (2000) contribuiu de forma significativa para a consolidação da literatura sobre o tema, iluminando dezenas de trabalhos ao longo da década analisada.

*Abordagens, conceitos e epistemologia na pesquisa em política educacional: um recorte na produção acadêmica sobre valorização docente*

Diante da revisão de literatura apresentada, qual é, afinal, a base conceitual da pesquisa sobre valorização docente? Em linhas gerais, como a materialidade de parâmetros envolve diretamente a legislação federal vigente, a carreira permanece como dispositivo de proteção e efetivação da valorização profissional, estabelecendo como pilares a remuneração, a formação (inicial e continuada) e as condições de trabalho (referência particular à jornada de trabalho). Esses pilares são a base das atuais diretrizes reguladas por lei federal para fins de valorização do profissional da educação básica (Brasil, 2024). Assim, observa-se uma tendência de formulação de um construto conceitual menos idealizado e mais pautado nas experiências materiais brasileiras no debate sobre o tema.

Epistemologicamente, os trabalhos sobre a temática apresentaram duas tendências de base, pelo menos no que tange às manifestações explícitas. De um lado, uma perspectiva crítica, de base marxista, com 22 trabalhos, com foco predominante na categoria Trabalho e um conjunto de críticas fundamentadas ao capitalismo e aos ditames neoliberais que incitam a construção do trabalhador precário, sobretudo em contexto de globalização e influência de organismos multilaterais com as suas orientações de natureza neoliberal. Nesse recorte de trabalhos, a referência ao materialismo histórico-dialético e a utilização de autores marxistas foi evidenciada.

Outra linha de ação predominante no debate sobre a valorização docente refere-se à ausência da adoção explícita de uma epistemologia como fiel norteador das investigações, com 26 estudos. Nesse conjunto, a análise da legislação e da materialidade das políticas educacionais não considerou a necessidade de uma coerência epistemológica manifesta, priorizando, em vez disso, uma articulação conceitual, legal e temática como fundamento para a construção dos trabalhos. Essa escolha metodológica pode ser classificada em uma perspectiva epistemológica pluralista, uma vez que, ainda que não explicitada, observa-se a aceitação de múltiplas perspectivas para a compreensão do objeto. As demais manifestações explícitas envolveram o neo-institucionalismo, o pluralismo (explícito) e o pós-modernismo.

Neste sentido, nota-se que a teorização combinada ou o pluralismo epistemológico parece dividir atenções e indicações do tema com a perspectiva marxiana ou abordagens críticas de diálogo direto. Diferentemente de mapeamentos anteriores, como os de Jefferson Mainardes e colaboradores (Mainardes; Stremel; Soares, 2018), em que o campo da política educacional parecia menos preocupado com essa questão, adotando o pluralismo

epistemológico como categoria genérica dos trabalhos que não se manifestavam sobre a questão, o mundo do trabalho e as incorrências possíveis a partir de contextos de desvalorização da classe trabalhadora parecem incitar uma parcela significativa dos trabalhos a adotar a literatura crítica e a visão de mundo a partir da dialética marxista de embate aos ditames do Estado capitalista.

### **Considerações finais**

Com vistas a analisar os pressupostos conceituais, as abordagens de pesquisa e as epistemologias utilizadas na produção acadêmica sobre valorização docente, os resultados deste trabalho apontam para algumas tendências relevantes. Entre os cinco grandes subtemas categorizados na pesquisa sobre valorização docente, a carreira permanece como o elemento central que potencializa uma política educacional voltada à valorização do professor da rede pública. Em contrapartida, a ausência ou a inefetividade dessa política compromete a garantia de condições laborais dignas. A política salarial permanece como ponto de partida, mas há também, ainda que de forma minoritária, investigações que se concentram em aspectos como atratividade e permanência, formação (inicial e continuada), condições de trabalho, privatização da educação, financiamento e planejamento educacional. No que diz respeito à construção conceitual, observa-se que a maioria das pesquisas não parte de formulações teóricas abstratas, mas sim da materialidade vivida, sobretudo aquela expressa nos parâmetros legais construídos na legislação federal. Ainda assim, é importante destacar a contribuição fundamental de autores como João Monlevade, cujas formulações trouxeram contribuições diretas ao debate.

As pesquisas sobre valorização docente divergem dos trabalhos do campo da política educacional, na medida em que há mais manifestações explícitas sobre as suas preocupações epistemológicas, especialmente em relação às perspectivas críticas do Estado capitalista. Contudo, apesar das constatações, a não citação de uma epistemologia, postura ou vigilância epistemológica, podendo ser uma referência a um pluralismo, foi presente na maioria, mesmo que não hegemônica.

### **Referências**

ARANDA, Flávia Paula Nogueira. **A valorização docente na formulação do Plano Municipal de Educação de Dourados – MS (2015 – 2025)**. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2018.

*Abordagens, conceitos e epistemologia na pesquisa em política educacional: um recorte na produção acadêmica sobre valorização docente*

ASSIS, Valdegil Daniel de. **Valorização docente no município de João Pessoa:** o papel do sindicato dos trabalhadores em educação (2007–2017). 2019. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2019.

BRASIL. **Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Banco de Dados, 2023.

BRASIL. **Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Banco de Dados, 2024.

BRASIL. **Constituição** (1988). República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. 1996. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 1-9, 23 dez. 1996.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB [...] e dá outras providências. 2007. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 118, p. 7-12, 21 jun. 2007.

BRASIL. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 6º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 145, n. 136, seção 1, p. 1, 17 jul. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução n. 2, de 28 de maio de 2009. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública [...]. **Diário Oficial União:** seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 101, p. 41-42, 29 maio 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providencias. 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, p. 1-7, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) [...] e dá outras providências). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 246-C, p. 1-11, 25 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024. Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 162, n. 12, p. 3, 17 jan. 2024.

CAMARGO, Bruna Caroline. **Políticas de valorização docente na educação básica pública:** relações entre desigualdade de financiamento e as políticas de valorização na rede pública estadual do Paraná e em oito redes públicas municipais da região dos Campos Gerais/PR. 2020. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2020.

CAMARGO, Rubens Barbosa; JACOMINI, Marcia Aparecida. Carreira e salário do pessoal docente da educação básica: algumas demarcações legais. **Educação em Foco.** Belo Horizonte, v.14, n. 17, p. 129-167, jul. 2011.

CAMPOS, Alessandra Freire Magalhães de; CAETANO, Luis Miguel Dias; LAUS-GOMES, Victor. Revisão sistemática de literatura em educação: Características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade,** [s. l.], v.27, n.54, p. 139-169, 2023.

CORDEIRO, Daniele Pereira Meira. **A carreira docente como meio de valorização docente no município de Piraquara/PR.** 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2020.

CRAVEIRO, Rogério Lopes. **Remuneração docente:** análise da desigualdade entre as redes públicas de educação básica. 2022. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2022.

FERNANDES, Maria Dilneia Espíndola. Em tempo de valorização dos profissionais da educação. In: GOUVEIA, Andrea Barbosa (Org.). **Valorização dos profissionais da educação:** formação, remuneração, carreira e condições de trabalho. Curitiba: Appris, 2015. p. 13-36.

FOSSATTI, Paulo. Novo FUNDEB: uma incursão sobre seus possíveis avanços. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.** Goiânia, v. 39, n. 1, e123165, 2023.

GROCHOSKA, Marcia Andrea. **Políticas educacionais e a valorização do professor:** carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais/PR. 2015. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2015.

MAINARDES, Jefferson; STREMEL, Silvana; SOARES, Solange Toldo. Aspectos teórico-epistemológicos da pesquisa em política educacional no Brasil: mapeamento e reflexões. **Movimento-Revista de Educação,** [s. l.], v. 5, n. 8, p. 43-74, 2018.

MONLEVADE, João Antônio Cabral. **Valorização salarial dos professores:** o papel do Piso Salarial Profissional Nacional como Instrumento de Valorização dos Professores da Educação Básica Pública. 2000. 317 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

MORETTI, Janaína Silvana Sobzinski. **Valorização dos professores:** análise dos planos de carreira de municípios do Paraná. 2015. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –

*Abordagens, conceitos e epistemologia na pesquisa em política educacional: um recorte na produção acadêmica sobre valorização docente*

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2015.

MOURA, Aline de Carvalho; CRUZ, Andrea Gomes da. As políticas educacionais e o agravamento da desigualdade social: considerações acerca do governo Bolsonaro. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, [s. l.], v. 7, n. 12, p. e-624, 2022.

NASCIMENTO, Emeli Malaquias. **Financiamento público da educação: o caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB** em Belo Horizonte/MG. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, MG, 2017.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de Oliveira. **Epistemologia e educação: bases conceituais e racionalidades científicas e históricas**. Petrópolis: Vozes, 2016.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução de Rita Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

PUNCH, Keith. **Introdução à pesquisa social: abordagens quantitativas e qualitativas**. Tradução de Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

RIBEIRO, Júlia Cecília de Oliveira Alves. **Valorização docente: formação, salários e desafios para a profissão**. 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, 2019.

SILVA, Marcus Quintanilha da. **Remuneração docente dos professores públicos municipais no Brasil: Execução orçamentária, partidos políticos e valorização docente (2008–2016)**. 2019. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2019.

SILVA, Marcus Quintanilha da. **Valorização do magistério e austeridade fiscal em Curitiba**. Relatório (Pós-Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2021.

SILVA, Maria da Conceição de Moura. **Políticas educacionais de (des)valorização dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública de ensino de Rio Branco /Acre**. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, 2020.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 75-89, 2017.

SOUZA, Jeferson Mello. **A construção da carreira docente no sistema municipal de ensino de Rio Claro: profissionalização e valorização profissional**. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado

em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP, 2015.

---

### **Nota**

<sup>i</sup> O trabalho é financiado pelo CNPq, Chamada Universal n. 40/2022. Projeto: Políticas para carreira e remuneração docente: um diálogo entre Brasil e Chile frente às marchas e contramarchas do neoliberalismo.

### **Sobre os autores**

#### **Marcus Quintanilha da Silva**

Doutor em educação pela Universidade Federal do Paraná, com estágio pós doutoral na mesma instituição. Professor adjunto do Departamento de Habilidades Pedagógicas e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

**E-mail:** marcusquintanilhasilvao@gmail.com

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-8305-0024>

#### **Alexia Júlia Lima Vieira**

Pedagoga pela Universidade Federal da Paraíba. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

**E-mail:** alexialiima14@gmail.com

**ORCID:** <https://orcid.org/0009-0002-5077-607X>

Recebido em: 04/05/2025

Aceito para publicação em: 27/10/2025